

# 20 ANOS A FALHAR COM TRABALHADORAS DO SEXO

**RELATÓRIO COMUNITÁRIO SOBRE A LEI DE CRIMINALIZAÇÃO DA  
PROCURA POR SEXO COMERCIAL NA SUÉCIA**

**FUCKFÖRBUNDET**

# RELATÓRIO COMUNITÁRIO SOBRE A LEI DE CRIMINALIZAÇÃO DA PROCURA POR SEXO COMERCIAL NA SUÉC

## 20 ANOS A FALHAR COM AS TRABALHADORAS DO SEXO

POR FUCKFÖRBUNDET



introdução

**Violência estrutural contra Profissionais do sexo: aumento do estigma, exclusão e discriminação .....7**

Retratos de profissionais do sexo pela comunicação social sueca

Exclusão por parte de organizações feministas & lgbtq/queer

Discursos governamentais tratam exploração e trabalho sexual como um mesmo fenómeno

**Não reconhecidos e não punidos: violência interpessoal contra Profissionais do sexo .....17**

Violência patrocinada pelo Estado: o papel da polícia e das autoridades de imigração

Exploração e Violência por parte de Atores Não-estatais

**Direito à saúde vetado para profissionais do sexo: abolição como solução de saúde .....27**

Serviços para profissionais do sexo: falta de serviços sem julgamentos, falta de serviços de baixo limiar

Interseccionando estigma e discriminação: barreiras aos cuidados de saúde para profissionais do sexo migrantes, LGBT e/ou que usam drogas

**Criminalização do Cliente na Suécia: efeitos adversos de uma política de exportação .....35**

**Recomendações para políticas .....38**

# INTRODUÇÃO

**E**m 1999, a Suécia introduziu a Lei de procura por sexo (Sex Purchase Act - Sexköpslagen)<sup>1</sup> e se tornou o primeiro país do mundo a criminalizar a compra de serviços sexuais e clientes utilizando uma suposta argumentação feminista. Desde então, o modelo sueco tem sido ostensivamente promovido pelo governo sueco e decisores políticos<sup>2</sup> como uma conquista importante do feminismo de Estado no país e da política de igualdade de gênero. Atualmente, o modelo sueco está implementado na Noruega, Finlândia, França, Irlanda, Irlanda do Norte e Canadá e tem inspirado recomendações a nível de políticas na União Europeia e no Conselho da Europa<sup>3</sup>.

As pessoas que assinam a autoria deste relatório comunitário — profissionais do sexo que trabalharam ou trabalham na indústria do sexo sueca — argumentam que a lei contribuiu enormemente para a estigmatização e vulnerabilidade de mulheres (e pessoas com outros gêneros) que vendem sexo, contradizendo os proclamados princípios feministas-humanitários da lei. Desde 1999, as condições de vida e de trabalho de profissionais do sexo pioraram consideravelmente por conta de tentativas alargadas de erradicar a indústria do sexo, o grande objetivo de legisladores. Esta tendência é, em grande parte, por conta da falta de: aceitação de práticas de redução de risco existentes, intervenções sociais e na área da saúde para profissionais do sexo que não sejam baseadas em julgamentos morais; policiamento hostil da comunidade, especialmente de pessoas migrantes indocumentadas/ irregulares<sup>4</sup> e mulheres de cor (*women of color*); e, o efeito multiplicador da intensidade da estigmatização e precarização do trabalho numa indústria do sexo criminalizada, trazido pelo modelo sueco. Por último, as crescentes atitudes negativas da população sueca em geral contra o trabalho sexual e

<sup>1</sup> Ministry of Justice Sweden (2009). Penal Code.

<sup>2</sup> Sobre a exportação do modelo sueco, veja: Kingston, S. and Thomas, T. (2019). No model in practice: a 'Nordic model' to respond to prostitution?

<sup>3</sup> Nem a União Europeia e nem o Conselho da Europa têm leis vinculativas em relação ao trabalho sexo. Ambos publicaram recomendações de políticas para os Estados: veja a resolução do Parlamento Europeu de 26 de fevereiro de 2014 sobre exploração sexual e prostituição e seu impacto na igualdade de gênero. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2014-0162+0+DOC+XML+V0//EN>

<sup>4</sup> Migrantes irregulares ou indocumentados são aquelas pessoas que, por diversas razões, não têm uma autorização válida para estarem nos países onde vivem ou trabalham. Também são referidos como migrantes em situação irregular ou migrantes com estatuto irregular.

profissionais do sexo são também consideradas como bem-sucedidas, vistas como um passo necessário para uma sociedade livre da prostituição.

O trabalho sexual na Suécia sempre foi considerado um fenómeno social passível de controlo pelo Estado<sup>5</sup>. Antes do século 19, não havia legislação específica para o trabalho sexual, ainda que ter sexo fora do casamento fosse legalmente punível, o que afetava tanto pessoas que vendiam quanto as que compravam sexo. O comportamento sexual das mulheres era controlado por códigos morais cristãos e interpretações patriarcais da Bíblia. A partir de 1724, mulheres não-casadas que não podiam comprovar sua fonte de rendimento podiam ser detidas numa prisão feminina para impedi-las de cometer “imoralidades”, ou seja, vender sexo.

No século 19, o discurso de restringir a sexualidade feminina mudou dos valores religiosos para os discursos sobre a moralidade e a saúde. Como a sífilis era uma das maiores preocupações da saúde pública, uma nova lei foi criada para obrigar a realização de exames de saúde para a classe trabalhadora. Profissionais do sexo também foram duramente afetadas pela “Reglementeringen”, a lei da regulamentação, que requeria que fizessem exames de saúde várias vezes por semana e definia critérios para sua movimentação e visibilidade dentro da cidade. A lei, no entanto, provou-se ineficaz para impedir a transmissão de ISTs e foi revogada em 1918.

Entre 1918 e 1964, medidas de repressão contra a mendicância e a vadiagem eram ferramentas legais para punir mulheres que vendiam sexo juntamente com outros grupos considerados asociais. Trabalhadoras do sexo poderiam também ser condenadas por “crimes contra a ordem pública”. Nos anos de 1960, com a mudança na abordagem sobre a sexualidade e a crescente popularidade do marxismo e das análises económicas de esquerda, o trabalho sexual foi visto como um sintoma do capitalismo, em que tanto quem vendia como quem comprava eram vistos/as como vítimas de uma estrutura capitalista. A partir deste período, o movimento de libertação das mulheres começou a promover cada vez mais um discurso de trabalhadoras do sexo como vítimas. Pelos anos 1980, prostituição e pornografia tornaram-se tópicos essenciais de preocupação e um símbolo da violência sexual contra mulheres dentro do feminismo sueco. Um mundo, e uma indústria do sexo, cada vez mais globalizados, devido à disponibilidade de viagens a baixo-custo e da adesão da Suécia à União Europeia em 1995, levou a um medo de um fluxo repentino de trabalhadoras do sexo migrantes, assim como de ideias políticas europeias liberais que poderiam potencialmente destruir as bases da “Folkhenmet” sueca, a ideia de que o país é seguro e uma casa amorosa para as pessoas. Essas mudanças sociais levaram à proibição da compra de

---

<sup>5</sup> Sobre a história do trabalho sexual na Suécia, baseamo-nos em: Dodillet, S. (2009). *Är sex arbete? Svensk och tysk prostitutionspolitik sedan 1970-talet*. Doctoral thesis. University of Gothenburg. Faculty of Arts. Disponível em: <https://gupea.ub.gu.se/handle/2077/19349>

serviços sexuais em 1999, e portanto o trabalho sexual deixou, novamente, de ser enquadrado numa política social para ser uma questão de justiça criminal<sup>6</sup>.

A despeito da retórica governamental que afirma que o modelo sueco tem sido efetivo em reduzir a demanda pela prostituição, desencorajando as mulheres a ingressar no trabalho sexual e facilitando que “vítimas” da prostituição abandonem o trabalho sexual, a criminalização dos clientes não provou que cumpriu esses objetivos<sup>7</sup>. Enquanto que os proponentes do modelo destacam que vender sexo não é legalmente punível na Suécia, na prática, pessoas migrantes de fora da União Europeia, que constituem a maior parte da população trabalhadora do sexo no país, podem ter sua entrada negada e serem deportadas se suspeitas de participarem da indústria do sexo por conta da “regulação dupla”<sup>8</sup> da indústria do sexo por meio da prostituição e políticas migratórias.

Os capítulos a seguir vão demonstrar como as condições de vida e trabalho de profissionais do sexo são impactadas pelo regime de criminalização do cliente. Como poucos estudos se concentram na crescente população clandestina na Suécia, a análise se assenta principalmente na descrição de casos, artigos na mídia, e relatórios de investigação que podem não ser muito conhecidas por pessoas de fora da Suécia. Com este relatório, as pessoas autoras também pretendem abrir um debate na Suécia, centrando nas experiências de pessoas de todos os gêneros e origens sociais que vendem sexo e olham de forma crítica para a (falta de) evidência sobre o impacto da legislação na vida de profissionais do sexo.

---

<sup>6</sup> Kulick, D. (2003). Sex in the new Europe: the criminalization of clients and Swedish fear of penetration. *Anthropological Theory*, 3(2), 199–218.

<sup>7</sup> Holmström, Ch. and Skilbrei, M-L. (2017). The Swedish Sex Purchase Act: Where Does it Stand? *Oslo Law Review* 02/2017 (Volum 4). Disponível em: [https://www.idunn.no/oslo\\_law\\_review/2017/02/the\\_swedish\\_sex\\_purchase\\_act\\_where\\_does\\_it\\_stand](https://www.idunn.no/oslo_law_review/2017/02/the_swedish_sex_purchase_act_where_does_it_stand)

<sup>8</sup> ‘Dupla regulação’ é um termo usado para descrever a política sobre Trabalho Sexual na Suécia, utilizado em: Vuolajärvi, N. (2018). Governing in the Name of Caring—the Nordic Model of Prostitution and its Punitive Consequences for Migrants Who Sell Sex. *Sexuality Research and Social Policy*. 16.

# **VIOLÊNCIA ESTRUTURAL CONTRA PROFISSIONAIS DO SEXO: AUMENTO DO ESTIGMA, EXCLUSÃO E DISCRIMINAÇÃO**

O efeito negativo mais comumente reportado do modelo sueco é o aumento da estigmatização que profissionais do sexo relatam após a introdução da “Lei da Compra de Sexo”<sup>9</sup>. A avaliação governamental da lei admite que “as pessoas que são exploradas na prostituição reportam que a criminalização reforçou o estigma de vender sexo. Elas explicam que escolheram a prostituição por si mesmas e sentem que não estão a ser involuntariamente expostas a a nada. Embora não seja ilegal vender sexo elas sentem-se perseguidas pela polícia. Elas sentem-se desqualificadas no sentido em que suas ações são toleradas mas sua vontade e escolha não são respeitadas.”<sup>10</sup> O relatório concluiu que esses efeitos negativos “devem ser vistos como positivos da perspectiva de que o propósito da lei é, efetivamente, combater a prostituição.”

O aumento do estigma — relacionar trabalhadoras do sexo a uma identidade degradante para separá-las simbolicamente do resto da sociedade — é parte de um quadro mais abrangente de violência estrutural contra profissionais do sexo<sup>11</sup>. A violência estrutural pode não ser um abuso direto e intencional do poder, mas está relacionada com as situações em que alguns indivíduos ou grupos são prejudicados e suas necessidades são desconsideradas por conta das condições sociais injustas e opressivas em que vivem. A violência estrutural limita a agência daqueles que são socialmente menos válidos. Embora ela se manifeste em todos os campos das situações sociais, incluindo leis discriminatórias, condições económicas exploradoras, práticas institucionais repressivas e preconceitos — diferentemente da violência direta —, a violência estrutural geralmente permanece invisibilizada e não questionada.

**“ O estigma interfere na forma como clientes me tratam. Como? Bem, há clientes que têm tanto medo de eu, como trabalhadora do sexo, não possa consentir verdadeiramente com o serviço que presto, então para garantir que meu consentimento é real, eles exigem que cobre menos como prova de que eu acho que eles são especiais o suficiente para eu dar o meu consentimento para ter sexo. Também, há muitos clientes que são muito respeitosos e que me disseram que eles nunca ousariam encontrar uma**

<sup>9</sup> Dodillet S. and Östergren P. (2011). The Swedish Sex Purchase Act: Claimed Success and Documented Effects. Conference paper presented at the International Workshop: Decriminalizing Prostitution and Beyond: Practical Experiences and Challenges. The Hague, March 3 and 4, 2011. Disponível em: <http://www.petraostergren.com/upl/files/54259.pdf>

Levy, J. and Jakobsson, P. (2013). Sweden’s abolitionist discourse and law: effects on the dynamics of Swedish sex work and on the lives of Sweden’s sex workers. *Criminology & Criminal Justice*, 14(5), 593–607.

Levy, J. (2014). *Criminalising the Purchase of Sex: Lessons from Sweden*. London, Routledge.

<sup>10</sup> Statens Offentliga Utredningar (2010). Förbud mot köp av sexuell tjänst - en utvärdering 1999-2008. Disponível em: <https://www.regeringen.se/contentassets/2ff955c847ed4278918f111ccca880dd/forbud-mot-kop-av-sexuell-tjanst-en-utvardering-1999-2008-sou-201049>

<sup>11</sup> 11. International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe (ICRSE) (2015). Structural violence: Social and institutional oppression experienced by sex workers in Europe. Available: <https://www.sexworkeurope.org/resources/community-guide-structural-violence-2015>



**trabalhadora do sexo que não fosse sueca porque há um risco maior de serem apanhados pela polícia. Eu não faço ideia de como é ser trabalhadora do sexo em outro país e que tipo de clientes elas têm, mas é uma pena que muitos bons clientes não contratem profissionais do sexo de outros países”**

**Profissional do sexo membra da Fuckförbundet**

Na Suécia, profissionais do sexo têm suas vozes sistematicamente negadas e o poder para decidir sobre suas vidas é policiado e controlado, discriminado e mal tratado. A violência estrutural passa a estar incorporada nas experiências cotidianas e nas interações do dia-a-dia e é exacerbada por um retrato enviesado da comunicação social, discussões feministas excludentes e discursos governamentais.

## RETRATOS DE PROFISSIONAIS DO SEXO PELA COMUNICAÇÃO SOCIAL SUECA

Por séculos, profissionais do sexo têm sido sistematicamente retratadas como más ou corrompidas, como pessoas moral, social e economicamente inferiores. Desde a Idade Média mulheres que vendem sexo são descritas como pecadoras (assim como aquelas que fazem sexo fora do casamento) que ofendem os valores religiosos e da família e desafiam a moralidade pública. No período de 1700, mulheres solteiras sem uma fortuna pessoal, um patrocínio oficial ou um comércio, poderiam ser presas em Långholmens Spinnhus em Estocolmo, uma casa de trabalho e prisão para mulheres para impedir que elas ganhassem o seu sustento de “uma forma indecente”.<sup>12</sup> Além disso, mulheres empregadas em casas de café ou suspeitas de serem donas de bordéis, bares ou pubs, eram muitas vezes sujeitas a exames médicos forçados para impedir o alastramento de doenças sexuais.

Ao longo da era moderna, a representação de profissionais do sexo como “piscinas de contágio” e uma ameaça à saúde pública continuou e foram responsabilizadas por espalhar doenças sexualmente transmissíveis e — desde os anos 1980 — VIH/Sida. Na Suécia, a patologização de profissionais do sexo foi crucial para controlar esta população no século 20. Depois de 1918, *Lex Veneris*, que lidou com a proliferação de doenças venéreas, e a lei de vadiagem foram usados para controlar o “problema” da prostituição feminina e levou à detenção de muitas trabalhadoras do sexo. Mulheres que vendiam sexo eram vistas como imorais, “sexualmente instáveis e imbecis” e

<sup>12</sup> Svanström, Y. (2006). *Offentliga kvinnor: prostitution i Sverige 1812-1918* [Public Women: Prostitution in Sweden 1812-1918]. Ordfront, Stockholm

más mães, cujas crianças eram fadadas a terminar ou no crime ou na prostituição. A esterilização forçada foi prática entre 1934 e 1975 por meio de leis de esterilização postas em prática para garantir a “folkhälsa” (saúde da população). O objetivo foi impedir indivíduos anti-sociais de terem filhos, como “mulheres promíscuas”, incluindo trabalhadoras do sexo, pessoas com doenças físicas e mentais e pessoas com diversidade funcional, bem como a população Roma e viajantes.<sup>13</sup> Da década de 1950 em diante, a estigmatização de trabalhadoras do sexo continuou da perspectiva de um novo saber, a psiquiatria, que descrevia mulheres que vendiam sexo como “imbecis, possuidoras de mente débil ou, de algum modo, psicologicamente anormais, histéricas”.<sup>14</sup>

No pensamento feminista abolicionista desde 1970, trabalhadoras do sexo já não são mais consideradas agressoras, mas vítimas do sistema patriarcal, coagidas pela dependência econômica e sexual de homens, com seu valor social reduzido à sua atratividade sexual. Nas discussões do feminismo sueco tradicional e na comunicação social, trabalhadoras do sexo são frequentemente tratadas como vítimas sem voz, referidas por termos depreciativos e misóginos, como “vagina barata” e “corpos para venda”. Organizações de direitos de pessoas que fazem trabalho sexual que se colocam publicamente são geralmente tratadas como “xulos”, “lobistas da indústria do sexo” e “defensores do estupro pago”. Mesmo o termo trabalhadora do sexo, que foi usado para organizar os direitos de pessoas que vendem serviços sexuais desde a década de 1970, utilizado por entidades das Nações Unidas, é descrito como controverso pela mídia sueca uma vez que descreve prostituição como trabalho em vez de referir-se a ela como “exploração” ou “compra de corpos”.

Ultimamente, uma nova definição de trabalho sexual tornou-se popular na comunicação social e discurso público, desde às unidades de serviços sociais a programas de ONGs especializadas no cuidado com trabalhadoras do sexo: “pessoas que agridem a si mesmas ao vender sexo”. O recente reforço desta narrativa que iguala vender sexo a auto-agressão relaciona-se com o movimento #intedinhora (#not your whore ou #não a sua puta), que emergiu do movimento global #metoo na Suécia. Aqueles que iniciaram a campanha e tem representado sua causa na media fazem parte de um grupo de mulheres jovens suecas que sofreram violência enquanto vendiam sexo, muitas delas menores de idade. Embora a maioria das trabalhadoras do sexo na Suécia seja de estrangeiras que vendem sexo para se sustentarem financeiramente, a comunicação social e o discurso público parecem estar mudando para servir ao discurso deste grupo de jovens mulheres suecas que foram abusadas

---

<sup>13</sup> Veja mais sobre esterilização em: <https://www.regeringen.se/49b6c6/contentassets/68b217b7f8e746a799536f3ad851c05e/steriliseringsfragan-i-sverige-1935-1975>

<sup>14</sup> Cited in Svanström (2006). p. 153.

enquanto vendiam sexo. Isto distorce a imagem da comunidade de profissionais do sexo no imaginário público e invisibiliza as preocupações da maioria das pessoas que vendem sexo no país, as mulheres migrantes.

**“ Prostituição, o que vemos na maioria de nossas clientes é ... uma forma de auto-destruição, na verdade, é mesmo uma forma de se machucar.”**

**Membro da Unidade de Prostituição de Estocolmo<sup>15</sup>**

A cobertura mediática sobre o trabalho sexual, na maioria das vezes, apresenta especialistas que não são profissionais do sexo, especialmente feministas, acadêmicos e afiliados ao governo, incluindo representantes da polícia e dos serviços sociais. Em 2016, o lançamento da política de descriminalização do trabalho sexual pela Amnistia Internacional<sup>16</sup> foi ostensivamente explorado na comunicação social sueca, mostrando o modelo sueco como distanciado de um conjunto global de recomendações<sup>17</sup>. As comentadoras feministas sobre a política mais uma vez perderam a chance de envolver trabalhadoras do sexo na discussão sobre o relatório da Amnistia Internacional, em vez disso, muitas acusaram as trabalhadoras do sexo e suas organizações de fazer lobby dos seus interesses na indústria do sexo. A feminista sueca Kajsa Eki Ekman por exemplo, escreveu num artigo: “Se ler os documentos que baseiam a decisão da Amnistia Internacional, você verá que, na verdade, estão a ouvir os lobistas da indústria do sexo, o que é de arrancar os cabelos”.<sup>18</sup>

É lugar comum em artigos sobre trabalho sexual que se ignore as realidades e arranjos de trabalho de trabalhadoras do sexo ao descrever seu trabalho como “venda de mulheres, de corpos ou partes do corpo” em vez de referir o trabalho sexual como a venda de serviços sexuais. Autores com esta abordagem geralmente amparam-se em uma linguagem gráfica e misógina. Em 2016, uma tomada de posição contra ativistas LGBT que apoiavam os direitos de profissionais do sexo, Kajsa Eki Ekman mais uma vez demonstrou o pouco respeito que ela acha que as trabalhadoras do sexo merecem: “O mais triste de tudo são esses ativistas queer que fazem o trabalho desses chefes das Tecnologias de Informação de 53 anos que viajam para a Tailândia a procura de cona barata”, uma afirmação que levou a Empower Foundation, um grupo liderado por profissionais do sexo na Tailândia a responder com uma carta aberta questionando-a sobre a sua linguagem desumanizadora:

<sup>15</sup> Levy, J. (2014).

<sup>16</sup> See more on the Amnesty International policy: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/05/amnesty-international-publishes-policy-and-research-on-protection-of-sex-workers-rights/>

<sup>17</sup> <https://www.amnesty.se/om-amnesty/amnesty-international-sverige/uttalanden-och-remissvar/uttalande-om-amnesty-internationalens-policy-om-staters-ansvar-att-respektera-skydda-och-uppfylla-manskliga-rattigheter-dem-som-saljer-sex/>

<sup>18</sup> <https://www.ottar.se/artiklar/sexarbete-eller-prostitution>

**“ Kajsas Ekis Ekman, entendemos que não nos conhece de todo. Nós sabemos que tem pouco conhecimento de nossas vidas como profissionais do sexo. Talvez não saiba que trabalhadoras do sexo na Tailândia são mulheres e arrimos de família? É assim que fala de mães e arrimos de família na Suécia? Talvez não saiba que a maior parte dos nossos clientes não usam esta linguagem para se referirem a nós? É assim que mulheres se referem umas às outras na Suécia? Talvez nunca tenha considerado que uma acadêmica feminista sueca deva falar com respeito sobre outras mulheres? Ou ‘cona barata’ é aceite por feministas suecas e jornalistas como uma forma de se referir a mulheres tailandesas?”**

Em outro artigo em metro.se,<sup>19</sup> a criminologista Nina Rung descreve o sexo comercial como “uma mulher já vulnerável que não tem escolha a não ser deixar seu corpo ser usado três, cinco, dez vezes por homens diferentes todo santo dia”. Ela escreve, “o Sexköpslagen não somente se concentra na inacreditável falta de caráter de homens mais velhos e ricos comprando seu direito de ejacular em mulheres mais jovens e vulneráveis”. Trabalho sexual, tráfico e abuso sexual de menores são geralmente tratados como se fossem uma coisa só pela comunicação social tradicional. Os corpos e partes do corpo de trabalhadoras do sexo são descritos obsessivamente como commodities, criando paralelos entre comprar serviços sexuais e “um quilo de carne de porco”<sup>20</sup>, enquanto exploração e violência que trabalhadoras do sexo enfrentam são geralmente descritas com detalhes quase pornográficos em jornais e até por políticos.

**“ Comprar sexo é masturbar-se no corpo de uma mulher.”**  
**Kajsas Wahlberg , relatora nacional sobre tráfico de seres humanos<sup>21</sup>**

## EXCLUSÃO POR PARTE DE ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS & LGBTQ/QUEER

As vozes de profissionais do sexo e suas organizações têm sido consistente e sistematicamente silenciadas no debate a respeito do modelo sueco, tanto na Suécia como internacionalmente. Até ao momento, várias táticas têm sido utilizadas para colocar de lado as opiniões de profissionais do sexo, como argumentar que trabalhadoras do sexo falam de uma posição de falsa

<sup>19</sup> <https://www.metro.se/asikt/darfor-ska-vi-vara-stolta-over-sexkopslagen-w3mTV3JoOXH>

<sup>20</sup> [https://24kalmar.se/darfor-koper-svenskar-sex-pa-semestern-som-att-kopa-ett-kilo-flaskkott\\_5f47e3f5](https://24kalmar.se/darfor-koper-svenskar-sex-pa-semestern-som-att-kopa-ett-kilo-flaskkott_5f47e3f5)

<sup>21</sup> Citação de: Häggström, S. (2016.). Shadow's Law: The True Story of a Swedish Detective Inspector Fighting Prostitution. Bullet Point Publishing

## Fuckförbundet excluída da feira de livros Anarquista

**E**m 2018, a feira do livro anarquista de Estocolmo convidou a socióloga Niina Vuolajärvi para um workshop sobre “políticas de afirmação para mulheres ou feminismo carcerário? O trabalho sexual na Suécia” juntamente com participantes da Fuckförbundet. A feira anarquista recebeu e-mails de crítica sobre o workshop, vindos de uma organização feminista e um grupo anarquista, argumentando que a discussão seria muito enviesada, não dando espaço para aqueles que tinham outras opiniões sobre o trabalho sexual e que não eram profissionais do sexo. Além disso, uma torrente de críticas começou na página do Facebook da feira com centenas de comentários, exigindo que o workshop fosse cancelado, insultando organizadores e referindo que a Fuckförbundet era um grupo de lobby para xulos e clientes. Os comentadores argumentavam que o grupo, na verdade, era formado por xulos e clientes, atacavam membros pessoalmente de apoiarem o “estupro pago”.

A feira organizou um encontro com Vuolajärvi e uma pessoa de Fuckförbundet para discutir as críticas e as ameaças de boicote que receberam. Eles decidiram que as abolicionistas também deveriam ser convidadas a dar um workshop. Depois que Vuolajärvi e Fuckförbundet deixaram o encontro, os organizadores decidiram que a Fuckförbundet não seria oficialmente autorizada a participar do workshop com seu nome, mas os membros poderiam ainda vir e falar de suas experiências, enquanto que a organização abolicionista participaria oficialmente com o nome da organização. A demanda pela censura da participação fez com que a Fuckförbundet recusasse participar do evento nessas condições e, finalmente, a feira do livro anarquista de Estocolmo foi totalmente cancelada.

consciência e são indivíduos que se auto-agridem, traumatizadas pelo trabalho que exercem e abusos no passado e não estão aptas a reconhecer a própria opressão, tal como foram condicionadas pelo patriarcado.<sup>22</sup>

Na Suécia, o debate feminista sobre o trabalho sexual é geralmente enquadrado usando o conceito de “direito ao sexo”, concentrando-se nos homens que contratam serviços sexuais e seu sentido patriarcal de direito em vez de se centrar nas necessidades e demandas de profissionais do sexo. Aquelas organizações que desafiam o modelo sueco são geralmente

---

<sup>22</sup> Global Network of Sex Work Projects (NSWP) (2015). Advocacy Toolkit: The Real Impact of the Swedish Model on Sex Workers. Available: <https://www.nswp.org/resource/the-real-impact-the-swedish-model-sex-workers-advocacy-toolkit>

acusadas de proteger o direito masculino ao sexo, como no caso da Associação Nacional Sueca de Educação Sexual (RFSU) que fala contra a lei publicamente.<sup>23</sup> O partido feminista sueco, Feministiskt Initiativ usa uma argumentação similar em sua comunicação: “Mas eu me recuso a ver o corpo como uma mercadoria. Eu não quero que ele esteja a venda, nem de todo ou em partes. Eu não acredito na ideia mercantil de prestar serviços domiciliários com as nossas zonas erógenas. Eu acredito na sexualidade, como parte de nossa identidade humana e que deve ser protegida da exploração comercial.

### **Controvérsia com a presença de trabalhadoras do sexo na Parada do Orgulho de Estocolmo**

Como em muitos outros países, profissionais do sexo são geralmente excluídas de espaços e eventos queer na Suécia ou sua participação é fortemente questionada. Em 2017, Fuckförbundet participou na parada do orgulho de Estocolmo sob muita controvérsia. Em um artigo na ETC, intitulado “A parada do orgulho não deveria ter pessoas do lobby proxeneta”, Helena Brors descreve a Fuckförbundet como um lobby proxeneta e escreve: “tal qual o resto do lobby proxeneta internacional, eles usam a palavra ‘trabalhadora do sexo’, parcialmente para borrar as linhas entre prostituição e tráfico/exploração, parcialmente para fazer a prostituição parecer uma ocupação legítima”

O artigo pode ser lido aqui: [kvinnofronten.nu/Nyhetsbrev/debatt-etc-pride-prostitution.php?fbclid=IwAR0tcXcoUKpXfEeMjg7Xb5JkXEXtVvFWFC5VGEkNK6UiPYtAGS1QOWiYK3E](https://kvinnofronten.nu/Nyhetsbrev/debatt-etc-pride-prostitution.php?fbclid=IwAR0tcXcoUKpXfEeMjg7Xb5JkXEXtVvFWFC5VGEkNK6UiPYtAGS1QOWiYK3E)

---

<sup>23</sup> <https://www.svd.se/rfsu-varnar-vuxna-mans-sexuella-frihet>

# DISCURSOS GOVERNAMENTAIS TRATAM EXPLORAÇÃO E TRABALHO SEXUAL COMO UM MESMO FENÔMENO

O objetivo anunciado da lei de criminalização da compra de sexo é o de erradicar a prostituição para corrigir desigualdades de gênero e lutar contra o tráfico para exploração sexual. Na avaliação do governos sobre a lei<sup>24</sup>, afirma-se que as pessoas que vendem sexo reportaram que a criminalização aumentou o estigma relacionado ao trabalho sexual, o que pode ser considerada uma consequência positiva, levando a uma aceitação menor da prostituição.

**“ Deveria ser difícil ser uma prostituta em nossa sociedade — embora não coloquemos prostitutas na cadeia, nós tornamos a vida delas mais difícil.”**

**Jonas Tolle , detetive superintendente em uma entrevista à BBC<sup>25</sup>**

A análise de documentos e políticas governamentais, relatórios da Polícia Nacional Sueca e relatórios do Conselho Nacional Sueco para prevenção de crimes mostra que, entre 2007 e 2017, uma visão geral das soluções propostas para combater o tráfico de pessoas para exploração sexual e trabalho sexual tratam ambos como se fossem o mesmo fenômeno.<sup>26</sup> As propostas políticas enfatizam que é importante que casos suspeitos de tráfico sejam reportados e argumentam que não só os casos de tráfico para exploração sexual devem ser reportados, mas também a compra de serviços sexuais, uma vez que permite às forças de segurança combater e detectar o tráfico. Investigar tráfico sexual e compra de sexo são, portanto, usados para legitimar mais recursos para a polícia.

**“ Na Suécia, na maioria das vezes não fazemos esta distinção, nós falamos sobre prostituição e tráfico como se fossem quase a mesma coisa... Compradores de sexo — eles são os mesmos. E... é isto que tráfico e prostituição têm em comum.”**

**Membro da Unidade de Prostituição de Estocolmo<sup>27</sup>**

<sup>24</sup> Statens Offentliga Utredningar SOU 2010:49 Förbud mot köp av sexuell tjänst En utvärdering 1999–2008. Disponível em: <https://www.regeringen.se/rattsliga-dokument/statens-offentliga-utredningar/2010/07/sou-201049/>

<sup>25</sup> <https://www.bbc.com/news/world-europe-11437499>

<sup>26</sup> Heber, A. (2018). The hunt for an elusive crime – an analysis of Swedish measures to combat sex trafficking. Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention, 19:1, 3-21. Available: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14043858.2018.1459359>

<sup>27</sup>Levy, J. (2014).

Enquanto o suporte e proteção às vítimas de tráfico e prostituição são enfatizados nos documentos, há uma afirmação tácita de que aquelas vítimas de outros países não devem ser reintegradas à sociedade sueca, mas no seu país de origem. Propostas legislativas das duas últimas décadas sugerem a expansão da definição de tráfico sexual, com o agressor devendo ser punível em mais situações, por exemplo, classificar como crime de tráfico quando somente um dos três elementos que constituem a atual definição de tráfico é provado (coerção, engano e exploração). Outra proposta é a expansão da lei de criminalização do cliente também para nacionais suecos que pagam por serviços sexuais fora da Suécia<sup>28</sup>.

O discurso governamental sobre o trabalho sexual e a introdução e implementação da lei de criminalização do cliente em 1999 não só tinham como objetivo reduzir a procura por serviços sexuais mas, a longo prazo, também mudar normas ao fazer as pessoas observarem a prostituição como uma questão de igualdade de género e transferir o estigma da prostituição daquelas que vendem sexo e transferir para quem o compra. Enquanto vários estudos confirmam que a lei é significativamente apoiada por mulheres, vários outros estudos também destacam que a lei aumento a adesão da população por banir não só a compra como a venda de serviços sexuais<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Saiba mais sobre a proposta: [https://www.riksdagen.se/sv/dokument-lagar/dokument/motion/kriminalisera-sexkop-utomlands\\_H6021044](https://www.riksdagen.se/sv/dokument-lagar/dokument/motion/kriminalisera-sexkop-utomlands_H6021044)  
<https://www.regeringen.se/pressmeddelanden/2017/12/sexkop-utomlands-ska-kunna-lagforas-i-sverige-oavsett-var-de-har-begatts/>

<sup>29</sup> Holmström, Ch. and Skilbrei, M-L. (2017).



# **NÃO RECONHECIDOS E NÃO PUNIDOS: VIOLÊNCIA INTERPESSOAL CONTRA PROFISSIONAIS DO SEXO**

Para feministas abolicionistas, tanto na Suécia como no resto do mundo, o trabalho sexual é considerado uma forma de violência sexual. Afirmam inequivocadamente que é impossível dar consentimento no trabalho sexual. A alegação de que clientes compram os corpos das mulheres trabalhadoras do sexo e seu consentimento leva a consequências perigosas para trabalhadoras do sexo: ao definir o trabalho sexual como violência, a violência real contra profissionais do sexo permanece invisível.

De fato, existe uma imensa falta de dados confiáveis a respeito da violência que acomete trabalhadoras do sexo desde que a Lei sobre a Compra de Sexo foi instituída, a despeito do objetivo alegado da lei ser a redução da violência com base no gênero. Ao contrário da abordagem de outras avaliações subsidiadas por governos a respeito do modelo sueco, como na Noruega<sup>30</sup>, os relatórios suecos não questionam as premissas básicas da legislação e não investigam o seu impacto na saúde, segurança e bem-estar de pessoas que fazem trabalho sexual, mas sim, detêm-se nas mudanças de porte da indústria do sexo e das condições gerais de pessoas que vendem sexo, baseando-se na versão de policiais e assistentes sociais que estão em contato com trabalhadoras do sexo. A despeito do esforço considerável do governo em avaliar o impacto da lei, nenhum esforço sistemático foi feito para abordar as dinâmicas e determinantes da violência e suas formas multifacetadas contra pessoas que fazem trabalho sexual.

Entretanto, diversas pesquisas<sup>31</sup> sobre o impacto do modelo sueco reconhecem que o policiamento de trabalhadoras do sexo e clientes no modelo sueco aumenta a fragilidade econômica das trabalhadoras e a precaridade, resultando em menor poder de barganha na negociação com clientes. Outra grande consequência da agressão policial a profissionais do sexo e seus clientes é o deslocamento das trabalhadoras para áreas mais perigosas. Como a repressão policial e as leis sobre propriedade de bordéis (brothel-keeping laws) impedem trabalhadoras do sexo de trabalhar em grupo e ter oportunidade de avaliar clientes, estas profissionais são empurradas para ambientes de trabalho mais perigosos, como ruas em locais clandestinos, e a aceitar deslocarem-se para onde está o cliente, situações em que a sua segurança está mais vulnerável. Elas também têm menos chance de ter contato e serem atendidas pelos serviços de saúde e redução de riscos.

---

<sup>30</sup> Rasmussen I. et. al. (2014). Evaluering av forbudet mot kjøp av seksuelle tjenester, English Summary document. Available: [https://www.regjeringen.no/contentassets/0823f01fb3d646328f20465a2afa9477/evaluering\\_sexkjoeplsloven\\_2014.pdf](https://www.regjeringen.no/contentassets/0823f01fb3d646328f20465a2afa9477/evaluering_sexkjoeplsloven_2014.pdf)

<sup>31</sup> Global Network of Sex Work Projects (NSWP) (2015), Levy, J. and Jakobsson, P. (2013), Vuolajärvi, N. (2018).

**“ 20 segundos, 1 minuto, 2 minutos e você tem que decidir se você deve ou não entrar no carro daquela pessoa... agora eu imagino se eu estou lá e um rapaz, ele estará com muito medo de me pegar, ele vai acenar com as mãos e me dizer ‘venha aqui, podemos contornar o quarteirão e combinar o programa’ e isto seria muito mais perigoso. ”**

**Trabalhadora do sexo em contexto de rua e acompanhante<sup>32</sup>**

Como trabalhadoras do sexo escritoras deste relatório, consideramos que o trabalho sexual não envolve fundamentalmente e sempre a violência. Ao contrário, neste capítulo, temos o objetivo de delinear as formas pelas quais pessoas que fazem trabalho sexual estão expostas a diversas formas de violência por conta da criminalização e interseccionalidade de opressões como sexismo, putafobia, homofobia, transfobia, racismo e classismo. Pessoas que fazem trabalho sexual não são somente vulneráveis à violência por clientes ou pessoas fingindo ser clientes como pensa o senso comum, mas muito mais por pessoas individuais, a polícia, oficiais de imigração e o judiciário.

Na falta de estudos em profundidade sobre a vitimização de pessoas que fazem trabalho sexual e suas causas originárias, a seguir apresentamos evidências baseadas em artigos da comunicação social sueca e testemunhos pessoais. É preciso notar que tem havido casos documentados de ondas de crimes contra pessoas que fazem trabalho sexual, por exemplo, de clientes que voltam aos quartos de hotel de acompanhantes, geralmente com um ou mais cúmplices, para abusar e roubar dinheiro e outros bens de valor. Em muitos casos, a polícia não vê nenhuma conexão entre os casos, mesmo quando eles são cometidos em uma janela temporal pequena e na mesma área.

## **VIOLÊNCIA PATROCINADA PELO ESTADO: O PAPEL DA POLÍCIA E DAS AUTORIDADES DE IMIGRAÇÃO**

A violência por parte de autoridades do governo é uma das preocupações mais urgentes do movimento de profissionais do sexo globalmente. Na Europa, pessoas que fazem trabalho sexual reportam níveis alarmantes de violência física e sexual por parte de autoridades policiais. Em uma investigação da rede de advocacy para os direitos de trabalhadoras do sexo (Sex Workers’ Rights Advocacy Network — SWAN), 41, 7% de profissionais do

<sup>32</sup>Levy, J. (2014).

sexo respondentes reportaram que já tinham sofrido violência física por parte das autoridades policiais no ano anterior ao da pesquisa e 36,5% reportaram ter sofrido violência sexual por parte das autoridades policiais no mesmo período de tempo. A polícia geralmente usa prisões e detenções como forma de controlar pessoas que fazem trabalho sexual<sup>33</sup> ou retaliar profissionais do sexo que resistem ao abuso. A mira nas pessoas que fazem trabalho sexual não acontece só em seus locais de trabalho, mas também fora deles, manifestamente na sobrevigilância a partir de critérios de raça e gênero (*profiling*). Profissionais do sexo da Europa Central e do Leste e também da Ásia Central reportam que são policiados mesmo quando não estão a trabalho. Mulheres cis da comunidade Roma, por exemplo, reportam enfrentar constantes agressões policiais em suas vidas cotidianas nesta região, enquanto que no oeste europeu, ações similares foram registadas contra trabalhadoras do sexo migrantes indocumentadas baseadas na sua raça/etnia e gênero.

Discriminação por perfil racial é comum na Suécia. De acordo com um relatório de investigação, 51% de afro-suecos e 31% de turcos suecos muçulmanos acreditam que são abordados pela polícia por conta de sua origem étnica ou migrante,<sup>34</sup> enquanto que um novo relatório argumenta que abordagens policiais são uma experiência comum para pessoas de comunidades afro-suecas, roma e muçulmanas.<sup>35</sup> Perfilamento racial é uma experiência humilhante e até traumática que leva àqueles afetados a perder a confiança nas agências de forças de segurança, o que afeta negativamente as relações entre polícia e comunidade.

Neste contexto, a exposição de pessoas que fazem trabalho sexual, especialmente profissionais do sexo não-brancas/os e mulheres migrantes (indocumentadas), ao contato com autoridades de forças de segurança é aumentada por operações policiais que invadem estabelecimentos onde há trabalho sexual em busca de clientes. Profissionais do sexo relatam que são constantemente monitoradas pela polícia com o propósito de identificar seus clientes, geralmente abordando-os quando saem dos apartamentos, mas

---

<sup>33</sup> Sex Workers' Rights Advocacy Network (SWAN) (2009). Arrest the Violence: Human Rights Abuses against Sex Workers in Central and Eastern Europe and Central Asia. Budapest: Sex Workers' Rights Advocacy Network (SWAN).

Available: [http://swannet.org/files/swannet/File/Documents/Arrest\\_the\\_Violence\\_SWAN\\_Report\\_Nov2009\\_eng.pdf](http://swannet.org/files/swannet/File/Documents/Arrest_the_Violence_SWAN_Report_Nov2009_eng.pdf)

<sup>34</sup> FRA, Second European Union Minorities and Discrimination Survey, Luxembourg; <http://fra.europa.eu/en/publications-and-resources/data-and-maps/survey-data-explorer-second-eu-minorities-discrimination-survey>

<sup>35</sup> Schclarek Mulinari, L. (2017). Slumpvis utvald. Ras-/etnisk profilering i Sverige. Stockholm: Civil Right Defenders.

também está documentado que a polícia adentra o local de trabalho em rusgas<sup>36</sup>.

**“ Por volta da hora do almoço no fim de abril, a polícia estava realizando trabalho de vigilância no hotel. O cliente estava em um dos quartos com uma mulher e no quarto ao lado oficiais da polícia aguardavam com um intérprete. Quando ouviram gemidos da mulher, arrombaram a porta. O homem e a mulher foram apanhados, literalmente, no ato. ”**  
**Profissional do sexo anônimo/a**

**“ Ela estava a afastar-se (da rua), e eles a estavam seguindo. Eles só o fizeram (anunciaram seu nome de dentro da carrinha de patrulha) porque queriam ser maus. E eu também soube de outra menina que foi estuprada com muita violência por muitos homens dentro da van de patrulha policial, ela teve problemas com o corpo dela depois disso. ”**

**Profissional em contexto de rua e acompanhante<sup>37</sup>**

Estabelecimentos de massagem tailandesa têm sido especificamente foco de operações policiais, resultando em mulheres tailandesas apreendidas, que perdem o seu trabalho e rendimento por causa de leis contra o lenocínio que impedem o trabalho coletivo e auto-organizado. A “eficiência” destas operações são questionáveis, por exemplo em uma operação policial no subúrbio de Estocolmo, 20 agentes da polícia encontraram somente dois casos de comércio de sexo no período de 5 meses, com nenhum caso suspeito de lenocínio. Um oficial da polícia local explicou numa entrevista que se um agente identificasse profissionais do sexo que ofereciam serviços por mais de 3 vezes, eles entrariam em contato com o dono do imóvel e ameaçariam denunciá-lo por lenocínio<sup>38</sup> se não expulsasse as pessoas que fazem trabalho sexual de seu imóvel<sup>39</sup>. Esta vigilância e tática de expulsão tem sido fartamente documentada na Suécia<sup>40</sup>.

Oficiais da polícia operam fingindo ser clientes, solicitando endereços ou números de quarto de hotel e, então, com informação suficiente, simplesmente esperam para apreender supostos clientes. Como algumas organizações e órgãos de governo, como as unidades Länsstyrelsen (Corpos Administrativos do país) estão se especializando em treinar trabalhadores de hotéis para identificar vítimas e a ocorrência de tráfico de seres humanos, tem ficado cada vez mais difícil trabalhar em hotéis tanto para migrantes como

<sup>36</sup> <https://www.aftonbladet.se/a/kao6Vv/sexkopare-greps-efter-7-minuter>  
<https://www.aftonbladet.se/a/m699ag/14-sexkopare-gripna-pa-en-vecka>

<sup>37</sup> Levy, J. (2014).

<sup>38</sup> [https://www.aftonbladet.se/nyheter/a/pLVpkw/polisen-larmar-utbredd-prostitution-pa-massagesalonger?fbclid=IwAR2StYW30tjtI2Uuhx\\_Byyo-i\\_M\\_pJDNy163FVNfIX4HNxyOWRC3ILCQ38](https://www.aftonbladet.se/nyheter/a/pLVpkw/polisen-larmar-utbredd-prostitution-pa-massagesalonger?fbclid=IwAR2StYW30tjtI2Uuhx_Byyo-i_M_pJDNy163FVNfIX4HNxyOWRC3ILCQ38)

<sup>39</sup> <https://www.svt.se/nyheter/lokalt/sodertalje/prostitution-pa-flera-massagesalonger-i-sodertalje>

<sup>40</sup> Veja por exemplo: <https://www.dn.se/ekonomi/polis-sexhandel-och-skattefusk-pa-vanliga-massagesalonger/?forceScript=1&variantType=large>  
 Para mais casos, veja Levy, J. (2014).

para suecas. Uma pessoa que faz trabalho sexual relatou para esta publicação o grande stress que é sentir-se assediada e esperar que a polícia chegue à porta quando trabalha em hotéis locais, o que as faz estar sempre de sobreaviso com clientes, causando um stress adicional. Funcionários de hotel batem à porta pouco tempo depois da chegada do cliente a perguntar se querem algum serviço no quarto (room service) e a profissional em questão sentiu que somente quando ela e o cliente apresentarem-se como suecos, funcionários do hotel não tomaram outras medidas contra eles.

Outra pessoa que faz trabalho sexual reportou ter sido suspeitamente colocada em um quarto no andar térreo e, após receber clientes, teve funcionários do hotel e a polícia a bater à porta perguntando se podiam entrar. Foi também solicitado a ambos para entregar computadores e telefone, e, como recusaram porque não estavam a realizar nenhum ato ilegal, foi-lhes pedido que deixassem o hotel.

Como não há um entendimento comum sobre o que caracteriza uma pessoa como vítima de tráfico, basta ser uma pessoa migrante de país não-escandinavo na Suécia para ser identificada como tal, de acordo com o que relata a comunicação social e o governo. Ser apreendida no meio do ato sexual, ou despida, é uma experiência humilhantes para as trabalhadoras do sexo. Isto é reconhecido pelo oficial de polícia Simon Häggström, responsável pelo departamento de operações nacionais que trabalha com crimes relacionados à prostituição e tráfico de seres humanos — anteriormente, um agente da Unidade de Prostituição de Estocolmo — que repetidamente descreveu seguir, perseguir, espiar pessoas que fazem trabalho sexual a ter sexo e finalmente apreendê-las e a seus clientes em flagrante:

**“ O sexo consensual é provavelmente o ato mais privado que duas pessoas podem ter entre elas. Então para ter funcionários públicos interferindo neste ato íntimo e não apenas interrompendo-o, mas também declarando que é ilegal, é uma grande violação da integridade das pessoas envolvidas. ”**

**“ Eu ando devagar, o mais silenciosamente possível, através do corredor sombrio até a porta da frente, abrindo cuidadosamente o compartimento do correio. Gemidos masculinos e femininos são ouvidos de dentro do apartamento, e o som de pele batendo contra pele. 'Ah! Eu vou-me vir! Eu vou-me vir! Agora!' O homem parece em êxtase e geme de excitação. Se ele soubesse que a polícia está esperando do lado de fora, ouvindo cada palavra que ele diz.”**

**SIMON HÄGGSTRÖM, Diretor de operações nacionais que trabalha com crimes relacionados à prostituição e tráfico <sup>41</sup>**

---

<sup>41</sup>Häggström, S. (2016).

Neste contexto de vigilância policial e identificação de práticas abusivas contra clientes, pessoas que fazem trabalho sexual sentem que não podem confiar na polícia mesmo no caso de um incidente que envolva violência. Esta noção é geralmente baseada em experiências reais de denúncia de sofrimento de abuso e violência a oficiais de linha de frente que se mostram apáticos, que desqualificam o incidente ou culpam a vítima. As consequências legais como despejos, deportações, perda da guarda de menores, rusgas ou perseguição policiais impedem pessoas que fazem trabalho sexual de procurar a ajuda da polícia.

Diversos casos são conhecidos em que a polícia se recusa a reconhecer relatórios sobre a violência cometida contra profissionais do sexo, como no caso de uma trabalhadora do sexo romena de 20 anos de idade que desapareceu em Malmö em 2016. Ela foi dada como desaparecida pela organização Noomi, que reuniu evidências de seu desaparecimento junto de outras trabalhadoras do sexo que a conheciam, fornecendo à polícia a localização do clube ilegal, assim como nome e detalhes de um suspeito. A pessoa que fez a denúncia também já esteve envolvida em outra investigação, apoiando a polícia com informação relevante sobre o caso. A polícia continuamente se recusou a aceitar registrar o seu desaparecimento, deixando todas as pessoas ao redor questionando-se se ela havia sido raptada, traficada ou assassinada<sup>42</sup>.

**“ Eu não acho que elas vão (à polícia fazer uma denúncia de violação). Se tu vendes sexo, como diabos você pode ser violada?”**

**Trabalhadora do sexo pela internet <sup>43</sup>**

**“ Aqui você não pode chamar a polícia se estiver com problemas, se alguém for violento, roubar-te ou algo assim. Sempre voltamos para a lei, que a lei não nos permite ter contato com a polícia. Ou se permite, você sofrerá as consequências se fizer isso. Você pode chamar a polícia para sua segurança, mas você terá um problema depois disso. Se você estiver em um apartamento alugado, eles pedirão que você saia. Se você for estrangeiro, talvez a polícia o coloque para fora do país. Você não sabe realmente. É por isso que não gosto de contato com a polícia. Você nunca sabe o que eles vão fazer. Eles têm o poder de fazer muitas coisas, você realmente não conhece os seus direitos. A situação é que quando você está na frente da polícia, parece que eles são a lei.”**

**Lina, trabalhadora do sexo trans latina <sup>44</sup>**

Uma trabalhadora do sexo relata sua experiência após denunciar uma violação cometida por um homem que invadiu o seu computador. A polícia

<sup>42</sup> <https://www.sydsvenskan.se/2016-08-11/polisen-vagrar-utreda-forsvunnen-prostituerad>

<sup>43</sup>Levy, J. (2014).

<sup>44</sup>Vuolajärvi, N. (2018). p. 6 .

inicialmente respondeu com empatia, mas, depois de descobrir sobre a sua profissão, confiscaram seu computador:

**“ Eles queriam ... Eu acho que quando eles têm a oportunidade de entrar no apartamento de alguém eles procuram por qualquer coisa que possam usar contra você. Eles encontraram um spray de pimenta ilegal que alguém tinha me dado anos atrás, que eu até tinha esquecido que tinha. Queriam me acusar de porte de arma ilegal e as acusações de estupro foram retiradas duas semanas depois por falta de provas. A denúncia de invasão do meu computador foi cancelada após três meses e meio, desde que me recusei a dar-lhes o contato dos meus clientes. Eu disse a eles - Se eu der a vocês o contato dos meus clientes, isso vazará e nunca mais poderei fazer nada, serei destruída, meu trabalho, minha reputação e tudo. Eles disseram - Bem, se você não nos ajudar, não faremos nada por você. E então eles me assediaram totalmente, me colocaram sob vigilância para tentar chegar aos clientes e eu fiquei tipo - Ok, você viu quem estava batendo na minha porta hoje e atirou coisas na minha janela? E eles disseram - Nós não temos você sob vigilância. Então eu tive que rescindir meu contrato de arrendamento e ainda estou me mudando porque estou com medo.”**

**Jenna, trabalhadora do sexo sueca <sup>45</sup>**

Profissionais do sexo migrantes e mulheres não-brancas carregam o fardo mais pesado da violência patrocinada pelo Estado. Estima-se que 70-80% da população sueca de profissionais do sexo sejam cidadãos e cidadãs não suecos/suecas<sup>46</sup>, que enfrentam uma grande probabilidade de deportação ao seu país de origem ou para o país onde possuem uma autorização de residência, caso entrem em contato com a polícia. Uma vez que o trabalho sexual não é considerado um trabalho legítimo por lei, a Suécia praticamente criminaliza a venda de sexo a pessoas provenientes de fora da UE ou do EEE (nacionais de países terceiros). No Swedish Alien Act, a suposição de que a pessoa migrante em questão não se sustentará por 'meios honestos' (Swedish Alien Act, 2005)<sup>47</sup>, ou seja, através da venda de sexo é um motivo para deportação e negação de entrada, mesmo que a pessoa esteja legalmente no país ou, de outra forma, tenha o direito de viajar e procurar emprego no país.

A polícia de fronteira sueca, especialmente no oeste do país, é conhecida por deportar trabalhadoras do sexo e pessoas suspeitas de serem vítimas de tráfico de pessoas. Até o momento, nenhuma dessas agências de polícia de fronteira trabalhou em conjunto com outros órgãos do governo para garantir que profissionais do sexo recebam o apoio a que deveriam ter direito por parte do estado, por exemplo, um período de reflexão de 30 dias, durante o

<sup>45</sup>Hulusjö, A. The Multiplicities of Prostitution Experience: Narratives about power and resistance. Disponível em: [http://muep.mau.se/bitstream/handle/2043/16013/2043\\_16013%20Hulusj%C3%B6%20MUEP.pdf](http://muep.mau.se/bitstream/handle/2043/16013/2043_16013%20Hulusj%C3%B6%20MUEP.pdf)

<sup>46</sup> Vuolajärvi, N. (2018).

<sup>47</sup> Disponível em: [https://www.government.se/contentassets/784b3d7be3a54a0185f284bbb2683055/aliens-act-2005\\_716.pdf](https://www.government.se/contentassets/784b3d7be3a54a0185f284bbb2683055/aliens-act-2005_716.pdf)



qual podem se recuperar, acesso a apoio jurídico , informações sobre seus direitos e considerar se desejam contribuir para as investigações criminais contra seus autores. A polícia de fronteira, em vez disso, prende pessoas suspeitas de exercerem trabalho sexual e as trata como criminosas, embora nenhum crime tenha sido cometido. Trabalhadoras e trabalhadores são então deportados da Suécia alguns dias após a detenção, de acordo com as propostas de várias políticas públicas.

As trabalhadoras do sexo migrantes são freqüentemente mantidas em celas em condições precárias e estão sujeitas a sofrimento psicológico extremo. Essas condições desumanas só aumentam o estresse do potencial confisco de seus ganhos e deportação.

**Uma trabalhadora do sexo migrante que era suspeita de ser vítima de tráfico descreve que não teve acesso a produtos menstruais e analgésicos por 24 horas enquanto estava trancada em uma cela de detenção esperando para ser deportada. Outra trabalhadora do sexo trans migrante detida pediu várias vezes à polícia hormônios. Apesar de ter implorado para ser deportada mais cedo para ter acesso ao medicamento, nenhuma resposta foi dada até duas semanas depois, pois era época de festas. Outra profissional do sexo migrante que foi detida durante uma batida em um hotel foi colocada em detenção apesar de estar em um estágio avançado de gravidez.<sup>48</sup>**

## EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA POR PARTE DE ATORES NÃO-ESTATAIS

Como consequência da diminuição do número de clientes, profissionais do sexo passam a ter que recorrer a terceiros que facilitam o seu trabalho, como gestores, senhorios e proprietários de locais. Além disso, como a lei de lenocínio também leva ao despejo de trabalhadoras do sexo de seus apartamentos e senhorios potencialmente acusados de crimes de lenocínio, e com hotéis trabalhando ativamente para identificar e banir profissionais do sexo de suas instalações, é muito difícil encontrar um lugar seguro para trabalhar. Este é um terreno fértil para que exploradores abusem das pessoas mais vulneráveis do setor, oferecendo-lhes clientes ou um local para trabalhar em condições precárias, em troca de dinheiro e serviços sexuais.

**“ A pessoa a quem eu aluguei, ele é (legalmente) o meu chulo ... Então se ele descobrisse, teria que me expulsar bem rápido ... seria uma catástrofe, porque se eu não tenho o apartamento, eu não sei como diabo vou trabalhar”**

**Trabalhadora do sexo pela internet <sup>49</sup>**

<sup>48</sup> <https://www.dn.se/nyheter/polisen-jagar-prostituerade-vi-jobbar-med-att-ta-bort-variant/>

<sup>49</sup>Levy, J. (2014).

Este efeito também foi reconhecido pelo Conselho Nacional Sueco de Saúde e Bem-Estar, que relatou em 2008 que "de acordo com um informante em Gotemburgo, provavelmente há mais chulos envolvidos na prostituição hoje em dia."<sup>50</sup> O relator diz que a lei contra a compra de serviços sexuais resultou em um papel e um mercado maiores para chulos, uma vez que a prostituição não pode ocorrer de forma tão aberta. Uma mulher envolvida na prostituição em contexto de interior em Gotemburgo relata que, quando a lei entrou em vigor em 1999, cerca de dez mulheres envolvidas na prostituição de vários países do Leste Europeu procuraram seu negócio porque queriam se esconder dentro de casa. Informantes do Centro de Prostituição de Estocolmo também mencionam que a lei abriu as portas para terceiros, porque se tornou mais difícil para vendedores e compradores de serviços sexuais fazerem contato direto entre si."<sup>51</sup>

**Em 2013, um membro do conselho e ativista da Rose Alliance (uma organização sueca de profissionais do sexo) foi brutalmente assassinada. Vários anos antes do seu assassinato, ela perdeu a custódia de seus filhos por ser considerada uma mãe inadequada por ser uma trabalhadora do sexo, o que colocou seu ex-parceiro numa posição de poder. As crianças foram colocadas com seu pai, independentemente de seu abuso anterior contra Jasmine. Os serviços sociais disseram que ela não sabia o que era bom para si e que estava "romantizando" a prostituição, disseram que não tinha percepção e não sabia que o trabalho sexual era uma forma de autolesão. O ex-parceiro de Jasmine ameaçou e perseguiu-a em várias ocasiões. Ela nunca recebeu nenhuma proteção. Ela lutou contra o sistema por quatro julgamentos e finalmente começou a ver seus filhos novamente. No escritório de uma assistente social, durante a primeira visita que ela teve com seu filho em mais de um ano, o ex-marido de Jasmine a esfaqueou até a morte (a assistente social também foi esfaqueada, mas sobreviveu).<sup>52</sup>**

---

<sup>50</sup> Socialstyrelsen (2008). Prostitution in Sweden 2007. p. 47-48. Disponível em: [https://www.socialstyrelsen.se/globalassets/sharepoint-dokument/artikelkatalog/ovrigt/2008-126-65\\_200812665.pdf](https://www.socialstyrelsen.se/globalassets/sharepoint-dokument/artikelkatalog/ovrigt/2008-126-65_200812665.pdf)

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> Veja mais sobre o caso: <http://titsandsass.com/the-bloody-state-gave-him-the-power-a-swedish-sex-workers-murder/>

# **DIREITO À SAÚDE VETADO PARA PROFISSIONAIS DO SEXO: ABOLIÇÃO COMO SOLUÇÃO DE SAÚDE**

O trabalho sexual na Suécia é altamente estigmatizado, conforme ilustrado no capítulo sobre violência estrutural contra profissionais do sexo. Uma vez que o objetivo do modelo sueco é eliminar o trabalho sexual, a pesquisa sobre a saúde de profissionais do sexo e a prestação de cuidados de saúde especializados não são priorizadas nas políticas de saúde pública e financiamento. Embora seja geralmente assumido que as trabalhadoras do sexo têm pior saúde física e mental do que a população em geral, nenhum estudo financiado pelo governo sobre a saúde das trabalhadoras do sexo foi realizado desde a introdução do modelo sueco, e nenhum serviço especializado ou de proximidade foi definido. Vários subgrupos — como migrantes e trabalhadoras do sexo com mobilidade, trabalhadoras do sexo LGBT ou trabalhadoras do sexo que usam drogas — enfrentam barreiras extremas para ter acesso a cuidados.

As estratégias de redução de riscos, comuns noutros países da Europa, não são amplamente implementadas na Suécia, uma vez que o fornecimento de preservativos, exames de saúde anónimos e testes gratuitos para profissionais do sexo são vistos como "incentivo à prostituição". O empoderamento da comunidade e os serviços clínicos e de apoio liderados pela comunidade e os programas voltados para o enfrentamento da violência contra pessoas que fazem trabalho sexual — como o compartilhamento de conselhos sobre segurança e saúde, são ativamente desencorajados, pois são vistos como uma normalização do trabalho sexual. Essas abordagens de saúde estão em total contradição com as recomendações e diretrizes internacionais, como a Sex Worker Implementation Tool (SWIT) da Organização Mundial da Saúde.<sup>53</sup>

**“A redução de riscos é muitas vezes um meio, ou seja, tende a fazer com que as pessoas continuem com o problema em vez de ajudá-las a sair”**

**Membro da Unidade de Prostituição de Estocolmo<sup>54</sup>**

**Em muitos países em todo o mundo, a polícia confisca preservativos encontrados em posse de profissionais do sexo. Frequentemente, a posse de preservativos tem sido usada pelos procuradores como prova de prostituição. Esta prática policial compromete a saúde e a segurança das profissionais do sexo e aumenta sua vulnerabilidade ao VIH, uma vez que força-as a escolher entre proteger sua saúde ou evitar o assédio policial. Na Suécia, foram**

<sup>53</sup> HO, UNFPA, UNAIDS, NSWP (2012). Prevention and Treatment of HIV and Other Sexually Transmitted Infections for Sex Workers in Low- and Middle-Income Countries: Recommendations for a Public Health Approach, Geneva: WHO. Disponível em: [https://www.who.int/hiv/pub/sti/sex\\_worker\\_implementation/en/](https://www.who.int/hiv/pub/sti/sex_worker_implementation/en/)

<sup>54</sup>Levy, J. (2014)

## documentados vários casos em que os preservativos foram tratados como prova de trabalho sexual pela polícia e pela procuradoria.<sup>55</sup>

A Suécia tem uma longa história de controle de sua população por meio de cadastros e registros. Desde 1600, as igrejas suecas listaram nascimentos, mortes, relacionamentos, crimes e movimentos de pessoas. A igreja era responsável por este 'Folkbokföring' (registro da população) até 1991. Hoje, o 'personnummer' de cada cidadão - semelhante aos números da segurança social em outros lugares - está vinculado a bancos de dados contendo informações sobre todos os aspectos sociais e econômicos da vida de uma pessoa, como problemas de saúde, pagamento de impostos, uso de serviços sociais ou estado civil.<sup>56</sup> Isso não só coloca questões de privacidade, pois funcionários do governo e trabalhadores da saúde podem acessar a muitas das informações pessoais, mas também exclui aqueles que não possuem o 'personnummer', incluindo migrantes sem documentos. Para pessoas que fazem trabalho sexual, é muito desafiador permanecer anônimo e pode ter consequências catastróficas se o 'personnummer' de alguém estiver vinculado a informações estigmatizantes, como o envolvimento no trabalho sexual. Embora o governo negue que existam registros que mantêm dados sobre as trabalhadoras do sexo, revelações recentes do registro ilegal de milhares de pessoas Roma<sup>57</sup> podem indicar que tais listagens existam.

<sup>55</sup> Veja relatos midiáticos sobre esta prática:

<https://www.dn.se/ekonomi/polis-sexhandel-och-skattefusk-pa-vanliga-massagesalonger/>

<https://www.aftonbladet.se/nyheter/a/xRVydG/bordell-avslojad-av-anvanda-kondomer>

<https://mitti.se/nyheter/prostituerade-kvinna-koppleri/?omrade=jarfalla>

<https://www.kkuriren.se/nyheter/eskilstuna/prostitution-allt-vanligare-pa-eskilstunas-hotell-sm4705773.aspx>

<https://www.dn.se/nyheter/polisen-jagar-prostituerade-vi-jobbar-med-att-ta-bort-variant/>

<https://www.vlt.se/artikel/eskilstunabo-kopte-sex-pa-hotell-i-vasteras-var-nyfiken>

<https://www.facebook.com/sjostadsbladet/posts/1669445809806166/>

<https://www.expressen.se/nyheter/brottscentralen/polisen-misstanker-kvinnan-drev-bordeller-i-thaimassagesalonger/>

<https://www.svd.se/alla-utom-en-hade-utsatts-for-overgrepp>

<https://mitti.se/nyheter/gjordes-sexkop-agarinnan/?omrade=vasastan>

<sup>56</sup> <https://www.skatteverket.se/privat/folkbokforing/attvarafolkbokford/folkbokforingenshistoria.4.18e1b10334e8bc80003006.html>

<http://www.goteborgsfria.se/artikel/114831>

<sup>57</sup> <https://www.liberties.eu/en/news/roma-register-state-guilty-of-ethnic-profiling-court-of-appeal-confirms-district-courts-judgment/11847>

## SERVIÇOS PARA PROFISSIONAIS DO SEXO: FALTA DE SERVIÇOS SEM JULGAMENTOS, FALTA DE SERVIÇOS DE BAIXO LIMAR

---

Quando a Lei de Compra do Sexo foi introduzida em 1999, a criminalização de clientes foi reivindicada como uma das principais estratégias para erradicar o trabalho sexual na Suécia, a ser complementada por uma série de "intervenções sociais" adicionais. Apesar desta intenção inicial, o governo não aumentou o financiamento para o funcionamento das três unidades de prostituição já existentes, encarregadas de fornecer serviços sociais a profissionais do sexo e a serviços de saúde especializados.<sup>58</sup> Em vez disso, canalizaram 7 milhões de SEK para aplicação adicional à polícia de fronteira<sup>59</sup>, enquanto em 2018 a unidade de prostituição em Estocolmo, Mikamottagningen, enfrentou cortes significativos em seu financiamento público. Com isso, o limite de idade dos usuários do serviço passou de 16 para 18 anos e não foi mais possível visitar a unidade de forma anônima.

Na ausência de financiamento estatal sistêmico, iniciativas e projetos privados surgiram para preencher as lacunas na prestação de serviços de saúde. Atualmente, existem duas clínicas que oferecem serviços de saúde para profissionais do sexo, SMC-Pilen em Gotemburgo, financiada pelo estado desde 2015, e Mika hälsa em Estocolmo. Esta última se desenvolveu a partir do Spiralprojektet, uma iniciativa de divulgação que se concentra nas mulheres que usam drogas e nas trabalhadoras do sexo nas ruas. Essas duas clínicas oferecem aconselhamento sobre métodos contraceptivos, abortos, gravidez, teste de IST (mas não VIH) e vacinação gratuita contra HPV e hepatite A e B. Esses serviços podem ser classificados como de alto limiar, pois exigem consultas pré-agendadas, seguro saúde e frequentemente vontade de abandonar o trabalho sexual. Além disso, as informações disponíveis sobre esses serviços estão principalmente em sueco. Seu foco é a ajuda de longo prazo com visitas repetidas, terapia de traumas e o objetivo final é a saída do trabalho sexual. Como resultado, as trabalhadoras do sexo migrantes e móveis dificilmente usam seus serviços: 70% de profissionais do sexo que visitam prestadores de serviços são nacionais da Suécia. Em contraste, na Noruega e na Finlândia, a porcentagem de migrantes profissionais do sexo que usam esses serviços é de 78-79%, uma proporção

---

<sup>58</sup> Levy, J. (2014).

<sup>59</sup> <https://www.bra.se/publikationer/arkiv/publikationer/2000-05-04-forbud-mot-kop-av-sexuella-tjanster.html>

que corresponde às estimativas de migrantes que vendem sexo nesses países.<sup>60</sup>

Uma vez que há muito poucos serviços disponíveis - e apenas em duas cidades maiores - que são dedicados a melhorar a saúde física e mental de profissionais do sexo, pode-se presumir que a maioria das pessoas que fazem trabalho sexual que têm seguro, em vez disso, recorre aos seus provedores de saúde locais. Isso pode ser problemático para muitas trabalhadoras do sexo em cidades menores, por exemplo, onde assumir-se abertamente como uma trabalhadora do sexo pode estigmatizá-las. Não revelar sua condição de profissional do sexo pode levar a cuidados inadequados. Por exemplo, muitas trabalhadoras do sexo relatam ter problemas para acessar os testes de VIH/IST com a frequência que desejam.

**“ Tive algum tipo de infecção bacteriana que fez os meus genitais doerem. Não era contagioso, mas doía muito para trabalhar e eu precisava de alguns remédios. O médico disse que eles poderiam marcar uma consulta com um ginecologista em 3 semanas. Eu queria gritar que sou uma trabalhadora do sexo. Eu preciso de ser capaz de trabalhar na segunda-feira, em 3 dias, não em 3 semanas! Mas é claro, eu não poderia dizer isso.”**

**Trabalhadora do Sexo membro da FUCKFÖRBUNDET**

O principal motivo para as profissionais do sexo não revelarem sua experiência de trabalho sexual aos profissionais de saúde é o medo das consequências que vão desde o tratamento crítico e negativo até o reporte aos serviços sociais ou às autoridades de imigração. Esse medo não é infundado. Por exemplo, a SMC-Pilen chama a polícia em todos os casos em que suspeita de proxenetismo ou tráfico e todos os prestadores de serviços têm a obrigação de informar os serviços sociais se suspeitarem que uma criança pode estar em perigo.

**“ Fazer trabalho sexual me convém, mas a certa altura senti que precisava falar com alguém sobre as dificuldades de gerenciar um relacionamento romântico ao mesmo tempo que vendia sexo. A mulher da SMC-Pilen queria falar sobre como seria prejudicial continuar o trabalho sexual. Ela me perguntou se eu já havia pensado em como isso afetaria minha alma..”**

**Trabalhadora do Sexo membro da FUCKFÖRBUNDET**

As clínicas enfatizam que têm como alvo as trabalhadoras do sexo que consideram seu trabalho sexual problemático. A falta de reuniões com profissionais do sexo que não experimentam problemas graves e não se consideram vítimas é problemática, pois os prestadores de serviços são considerados especialistas em trabalho sexual e são frequentemente consultados por diferentes partes interessadas, desde profissionais de saúde

<sup>60</sup> Vuolajärvi, N. (2018).

regionais a meios de comunicação e governos estrangeiros que procuram saber mais sobre o modelo sueco. Assim, sua visão tendenciosa sobre as profissionais do sexo é usada para silenciar aquelas que falam e não se veem como vítimas. Conseqüentemente, as pessoas que fazem trabalho sexual que discordam da narrativa da vítima são descritas como não representativas.

Um relatório da Socialstyrelsen, Conselho Nacional de Saúde e Bem-Estar, aponta para o fato de que é difícil para os profissionais de saúde abordar o assunto do trabalho sexual com pacientes. O motivo não é apenas a falta de conhecimento, mas também a falta de treinamento prático na discussão de sexualidades e expressão sexual.<sup>61</sup> Em relatório da RFSL, a maior organização LGBT do país, vários dos profissionais de saúde entrevistados afirmaram ter medo de perguntar sobre o trabalho sexual, uma vez que não estão confiantes para lidar com o assunto e serem capazes de fornecer cuidados adequados.<sup>62</sup>

Um fator adicional que desencoraja profissionais do sexo de visitar centros de aconselhamento e clínicas deve-se à prática de fornecer serviços a outros grupos, como: pessoas que têm "sexualidades problemáticas", sofreram traumas sexuais, automutilação ou são vítimas de tráfico. Esta abordagem também pode afastar muitas trabalhadoras do sexo, pois nem todas se identificam como vítimas e serem descritas como tal pode fazer as pessoas pensarem que o serviço não é apropriado para elas<sup>63</sup>. Por exemplo, na unidade de prostituição em Malmö, as trabalhadoras do sexo têm que dividir espaço com clientes de profissionais do sexo, consumidores de pornografia e pessoas com 'vícios' em sexo/pornografia.

Na Suécia, a saúde mental de profissionais do sexo é freqüentemente tratada como consequência do trabalho sexual, propagando a ideia de que todas as pessoas que fazem trabalho sexual têm transtorno de estresse pós-traumático. Alternativamente, alega-se que profissionais do sexo têm problemas de saúde mental ou traumas infantis, que levam essas pessoas à indústria do sexo. Apesar dessas noções e preconceitos populares sobre a saúde mental das trabalhadoras do sexo, muito poucas tentativas foram feitas para avaliar como um ambiente criminalizado e altamente estigmatizado está moldando os resultados da saúde mental das pessoas que fazem trabalho sexual.

No projeto de pesquisa participativa SWMH - Trabalho Sexual e Saúde Mental,<sup>64</sup> muitos dos participantes suecos mencionam o apoio dos pares,

---

<sup>61</sup> Socialstyrelsen (2015). Sex mot ersättning Utbildningsmaterial om skydd och stöd till barn och unga. Disponível em: <https://www.socialstyrelsen.se/globalassets/sharepoint-dokument/artikelkatalog/ovrigt/2015-5-2.pdf>

<sup>62</sup> RFSL (2011). Osynliga Synliga Aktörer - Hbt-personer med erfarenhet av att sälja och/ellerköpa sexuella tjänster. Disponível em: [https://www.rfsl.se/wp-content/uploads/2019/01/RFSL\\_Osynliga\\_Synliga\\_Aktörer.pdf](https://www.rfsl.se/wp-content/uploads/2019/01/RFSL_Osynliga_Synliga_Aktörer.pdf)

<sup>63</sup> Levy, J. (2014).

<sup>64</sup> Consulte mais sobre o projeto: <https://www.sexworkmentalhealth.org/>



redes, comunidade e capacidade de assumir abertamente realizar trabalho sexual com amigos e familiares como estratégias úteis para mitigar o impacto da estigmatização. No entanto, existem vários obstáculos para obter apoio dos pares, da família e da comunidade. Em primeiro lugar, profissionais do sexo não podem se encontrar e oferecer apoio entre pares, pois os locais de trabalho são altamente criminalizados. O medo de ser identificada como uma trabalhadora do sexo ao se encontrar com outras pessoas em público também é significativo. De acordo com o estudo SWMH, as trabalhadoras do sexo suecas também têm grande desconfiança em relação aos profissionais de saúde mental e relatam a maioria das experiências de preconceito e diagnósticos errados em comparação com participantes de outros países no estudo.

**“ Como fui franca com meus profissionais de saúde sobre ser uma trabalhadora do sexo, fui erroneamente diagnosticada com transtorno de personalidade limítrofe / transtorno de personalidade emocionalmente instável por dez anos. Isso me levou a receber os tratamentos errados e quase cometer suicídio.”**

**Trabalhadora do Sexo membro da FUCKFÖRBUNDET**

## **INTERSECCIONANDO ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO: BARREIRAS AOS CUIDADOS DE SAÚDE PARA PROFISSIONAIS DO SEXO MIGRANTES, LGBT E/OU QUE USAM DROGAS**

Na Suécia, estima-se que 70% a 80% das profissionais do sexo são migrantes ou profissionais do sexo em mobilidade, provenientes da União Europeia (UE) ou de países fora da UE. O obstáculo mais significativo para este grupo é a falta de "personnummer" sueco (número de segurança social), que é difícil de acessar, especialmente se a pessoa não tiver um emprego regular e seguro de saúde em seu país de origem. Sem isso, profissionais do sexo migrantes têm dificuldade em acessar o apoio não emergencial de serviços direcionados às pessoas que fazem trabalho sexual, incluindo tratamento para uso abusivo de drogas, aconselhamento de longo prazo ou apoio para sair do trabalho sexual e entrar no mercado de trabalho convencional.

**“ Se [uma pessoa nacional] quiser ajuda, ele pode obtê-la imediatamente. Um lugar para ficar, comida, ajuda na área do consumo de drogas. Tudo dentro da área de saúde, há muito mais possibilidades. Não temos nada para os outros [estrangeiros]. Se eles tiverem sorte, podemos providenciar uma passagem de volta para a Romênia. Portanto, não é fácil, não é fácil para eles.”**

## Assistente Social<sup>65</sup>

Sem uma autorização de residência permanente ou o difícil de obter 'personnummer', pessoas migrantes que fazem trabalho sexual também são impedidas de receber benefícios sociais, como serviços sociais, moradia e apoio à creche, aconselhamento sobre drogas e educação gratuita, o que as coloca em uma posição de grandes dificuldades ao tentar deixar o trabalho sexual em comparação com profissionais do sexo cidadãos suecas. Como a venda de sexo pode ser motivo de deportação e os prestadores de serviços são obrigados por lei a denunciar suspeitas de crimes puníveis com sentenças de mais de um ano, como prostituição e tráfico, as trabalhadoras do sexo migrantes são dissuadidas de denunciar crimes e buscar apoio nos serviços de saúde.

Pessoas que usam drogas enfrentam atitudes igualmente negativas e condescendentes por parte dos profissionais de saúde na Suécia. O objetivo final das estratégias de saúde pública é uma 'Suécia livre de narcóticos', e todos os meios são justificados para alcançá-lo. Em suas tentativas de alcançar uma sociedade sem drogas, a Suécia buscou uma abordagem de "tolerância zero" ao uso de drogas, priorizando investimentos na aplicação da lei, prevenção e tratamento baseado na abstinência. Inicialmente, o uso de drogas era punível apenas com multa, mas desde 1993 a prisão foi incluída como uma sanção potencial.<sup>66</sup> O número de pessoas condenadas por delitos de drogas e por mortes induzidas por drogas tem aumentado constantemente desde então. Em 2012, a taxa de mortalidade induzida por drogas na Suécia era três vezes a média europeia.<sup>67</sup>

Medidas de redução de riscos, como a troca de seringas para pessoas que usam drogas, existiam em Malmö e Lund desde meados da década de 1980, mas no resto da Suécia não estavam disponíveis até 2006. Em Gotemburgo, a segunda maior cidade da Suécia, o primeiro serviço de troca de seringas foi inaugurado somente em dezembro de 2018.<sup>68</sup> O Naloxon, um medicamento contra overdoses de opióides, só pode ser obtido por meio de pessoal médico e não está disponível para ser levado para casa.<sup>69</sup> Além disso, a Suécia é o único país da Escandinávia que não possui instalações de consumo de drogas supervisionado.

**Frequentemente, o estigma interseccional contra profissionais do sexo que usam drogas leva à negação de tratamento ou tratamento que só é oferecido com a condição de abandonar o trabalho sexual. Também foi relatado que a terapia para profissionais do sexo seria negada enquanto elas estivessem usando drogas, como no caso de Mikamottagningen, a unidade de prostituição de Estocolmo.**

As pessoas LGBT que fazem trabalho sexual também são sistematicamente excluídas dos serviços de saúde. Alguns dos prestadores de serviços especializados para profissionais do sexo afirmam ser certificados para população LGBTQ. No entanto, eles não oferecem teste de VIH e seus serviços de saúde existentes são claramente voltados para mulheres cisgénero. Ao mesmo tempo, os centros de teste de VIH especializados em homens que fazem sexo com homens e pessoas trans não estão equipados para fornecer

<sup>65</sup> Citado em Vuolajärvi, N. (2018).

<sup>66</sup> <https://transformdrugs.org/drug-policy-in-sweden-a-repressive-approach-that-increases-harm/>

<sup>67</sup> European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (2014). Country overview: Sweden – Drug-induced deaths and mortality among drug users. Disponível em: <http://www.emcdda.europa.eu/publications/country-overviews/se#drd>

<sup>68</sup> <https://www.svt.se/nyheter/lokalt/orebro/rena-sprutor-till-missbrukare-aktuellt-over-hela-sverige>

<sup>69</sup> European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (2012). Harm reduction overview for Sweden. Disponível em: <http://www.emcdda.europa.eu/country-data/harm-reduction/Sweden>

testes e aconselhamento para profissionais do sexo. De acordo com a Pegasus, uma ONG que oferece teste de VIH para jovens, muito poucos jovens trabalhadores do sexo têm acesso a qualquer serviço. Isso ocorre apesar da demanda clara: um terço de todos os entrevistados trans em um relatório Pegasus afirmam que gostariam de receber apoio para vender sexo.<sup>70</sup>

Recentemente, surgiram relatórios de ONGs<sup>71</sup>, segundo os quais um grande número de homens jovens migrantes se envolvem no trabalho sexual para sobreviver, uma vez que o apoio àqueles sem status de refugiado foi recentemente reduzido. Sua vulnerabilidade é frequentemente esquecida, visto que profissionais e autoridades de ajuda muitas vezes associam sua renda crescente a atividades criminosas, ao contrário de mulheres jovens migrantes que são automaticamente rotuladas como vendedoras de sexo.

## CRIMINALIZAÇÃO DO CLIENTE NA SUÉCIA: EFEITOS ADVERSOS DE UMA POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO

Desde a sua introdução, o modelo sueco tem sido considerado em debates legislativos em toda a Europa e internacionalmente, e promovido por um grupo diverso de partes interessadas, como políticos, feministas abolicionistas e grupos religiosos, como a melhor prática para apoiar a igualdade de gênero e combater o tráfico. Conforme mencionado nos capítulos anteriores, nenhuma avaliação sistemática foi realizada pelo governo sueco sobre a lei e seu impacto. Essa falta de evidência, entretanto, não impediu outros governos de importarem o modelo, apesar das diferenças nas disparidades de rendimentos, igualdade de gênero, corrupção policial e transparência, benefícios sociais, entre outros fatores, entre a Suécia e os países em questão.

O modelo sueco foi introduzido na Noruega em 2009. Em contraste com a Suécia, há evidências significativas disponíveis na Noruega sobre os efeitos prejudiciais da lei. De acordo com a avaliação feita a pedido do governo em 2014<sup>72</sup>, profissionais do sexo estão em uma posição de negociação mais enfraquecida, enfrentam mais preocupações com a segurança e dependem mais de clientes e terceiros agressivos e abusivos do que antes da introdução da lei. Essas descobertas encontram eco nos resultados de uma pesquisa de

<sup>70</sup> <https://rfslungdom.se/produkt/sex-for-x/>

<sup>71</sup> Veja mais em:

<https://www.svt.se/nyheter/lokalt/skane/saljer-sex-i-utbyte-mot-boende>

<https://www.svt.se/nyheter/lokalt/vast/ensamkommande-saljer-sex-pa-gatan>

<sup>72</sup> Rasmussen I. et. al. (2014).

Oslo de 2012<sup>73</sup>, que mostra que as trabalhadoras do sexo enfrentaram aumento da violência depois que a lei foi introduzida, especialmente as trabalhadoras do sexo em contexto de rua e nigerianas.

Em 2016, a Amnistia Internacional publicou sua pesquisa sobre trabalho sexual na Noruega,<sup>74</sup> que fornece um relato detalhado dos abusos de direitos humanos sob o modelo sueco. De acordo com a pesquisa da Amnistia Internacional, com base em 54 entrevistas com profissionais do sexo, representantes de agências estatais e ONGs, as profissionais do sexo no país enfrentam altos níveis de policiamento que conduzem ao despejo, perda de meios de subsistência e/ou deportação, agravando as atitudes em relação às profissionais do sexo pelo público e aumentando a exposição à exploração.

Na França, profissionais do sexo relatam tendências semelhantes depois que a lei sueca foi introduzida em 2016. Os resultados de uma pesquisa em grande escala liderada pela Médecins du Monde<sup>75</sup> com a participação de 583 profissionais do sexo mostram que 63% das trabalhadoras do sexo experimentaram deterioração de suas condições de vida, mais isolamento e maior estresse, 42% das profissionais do sexo estão mais expostas à violência e a maioria da comunidade (78%) experimentou uma perda de renda devido à diminuição do número de clientes e queda dos preços dos serviços. Embora a anulação da criminalização anterior das trabalhadoras do sexo seja alegada como um sucesso da mudança legislativa, a pesquisa mostra que estatutos municipais que restringem o trabalho sexual em nível local e as verificações regulares de identidade destinadas a quem vende sexo resultam em trabalhadoras do sexo mais frequentemente criminalizadas do que seus clientes. As trabalhadoras do sexo frequentemente relatam intimidação por parte da polícia, inclusive sendo pressionadas a denunciar clientes. Se elas não forem documentadas, são frequentemente ameaçadas de deportação se não obedecerem.

O aumento da vulnerabilidade à violência também foi relatado na Irlanda, onde o modelo sueco foi introduzido em 2017. No UglyMugs, um aplicativo que permite a notificação segura de incidentes violentos, o número de relatórios de abuso e crime aumentou consideravelmente<sup>76</sup>. Comparando os dois anos antes com os dois anos após a entrada em vigor da nova lei, o crime

---

<sup>73</sup> Bjørndahl, U. (2012). Dangerous Liaisons. Um relatório sobre a violência a que estão expostas mulheres na prostituição. Disponível em: <https://humboldt1982.files.wordpress.com/2012/12/dangerous-liaisons.pdf>

<sup>74</sup> Amnesty International (2016). The Human Cost of Crushing the Market: Criminalization of Work in Norway. Disponível: <https://www.amnesty.org/en/documents/eur36/4034/2016/en/>

<sup>75</sup> Le Bail, H. and Giametta, C. (2018). What do sex workers think about the French Prostitution Act? A Study on the Impact of the Law from 13 April 2016. Syntheses. Disponível: <https://www.medecinsdumonde.org/sites/default/files/ENGLISH-Synthèse-Rapport-prostitution-BD.PDF>

(N do T) Este relatório também foi traduzido pela APDES para a língua portuguesa e está disponível em: [https://apdes.pt/wp-content/uploads/2019/06/PT\\_synthesis\\_SW\\_web\\_nov\\_2018.pdf](https://apdes.pt/wp-content/uploads/2019/06/PT_synthesis_SW_web_nov_2018.pdf)

<sup>76</sup> <https://uglymugs.ie/wp-content/uploads/um-statement-26-mar-2019.pdf>

aumentou 90% e o crime violento especificamente aumentou 92%, com base nas estatísticas do aplicativo.

# RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS

**Nossas recomendações seguem os principais padrões globais e regionais que sustentam as obrigações positivas dos estados de proteger profissionais do sexo da discriminação e da violência, e as posições da sociedade civil sobre a descriminalização do trabalho sexual, articuladas por muitas organizações não governamentais internacionais e nacionais<sup>77</sup> na última década.**

## **TRABALHO SEXUAL**

- Facilitar um projeto de pesquisa abrangente que avalie as condições de vida e de trabalho e os direitos humanos das trabalhadoras do sexo na Suécia, e as consequências da Lei de Compra do Sexo, com o envolvimento ativo das trabalhadoras do sexo e suas organizações.
- Rever a Lei de Compra de Sexo à luz das evidências da pesquisa e em estreita cooperação com profissionais do sexo de todos os gêneros, estatuto migratório e origens socioeconômicas.
- Realizar um processo de consulta significativo com profissionais do sexo que vivem e trabalham na Suécia, a fim de estabelecer uma estrutura legislativa, política e regulatória que respeite os seus direitos humanos e melhore sua segurança e condições de trabalho.
- Fornecer financiamento estável e suficiente para agências prestadoras de serviços e ONGs que trabalham com pessoas que vendem sexo, priorizando e centralizando a liderança das trabalhadoras do sexo em suas operações.
- Fornecer financiamento suficiente para iniciativas lideradas por trabalhadoras do sexo, a fim de apoiar e reconhecer seu papel no empoderamento da comunidade e na prevenção da exploração e do tráfico de seres humanos na indústria do sexo.
- Incluir organizações lideradas por profissionais do sexo na concepção, implementação e avaliação de programas de inclusão e reabilitação social para vítimas de tráfico e para trabalhadoras do sexo que desejam sair da indústria do sexo.
- Tomar medidas para reduzir o estigma associado ao envolvimento no setor do trabalho sexual. As medidas para reduzir o estigma incluem melhorar as atitudes públicas em relação às trabalhadoras do sexo, fornecendo às agências, autoridades, ONGs e ao público em geral informações diferenciadas e não estereotipadas sobre o trabalho sexual.

---

<sup>77</sup> As demandas do movimento das trabalhadoras do sexo, como a descriminalização do trabalho sexual, o reconhecimento do trabalho sexual como trabalho e a proteção dos direitos humanos, de saúde e trabalhistas das trabalhadoras do sexo, foram levadas em consideração pela Anistia Internacional, Human Rights Watch, La Strada International, a Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres (GAATW), Transgender Europe (TGEU), a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex (ILGA World) e sua regional europeia (ILGA-Europa) e a Plataforma Internacional Cooperação para Migrantes Indocumentados (PICUM).

## MIGRAÇÃO E TRÁFICO

- Rever a política de imigração para garantir que as leis e políticas sobre a deportação de migrantes não sejam aplicadas de forma discriminatória.
- Apoiar a regularização de migrantes irregulares e o fim das deportações de migrantes (sem documentos).
- Fornecer a pessoas cidadãs de países não pertencentes à UE vítimas de exploração, abuso e/ou tráfico com autorizações de residência que não dependam de assistência com a acusação de seus perpetradores.
- Reconhecer que as políticas de imigração impedem o acesso à justiça por parte de profissionais do sexo migrantes. Por conseguinte, devem ser implementadas barreiras entre a fiscalização da imigração e a prestação de serviços na área da saúde, dos serviços sociais e do sistema de justiça.
- Assegurar que a expulsão da Suécia com base apenas no estatuto de migração irregular seja aplicada em estrito cumprimento da legislação nacional e somente após uma avaliação individual completa da situação de cada pessoa, incluindo o risco de graves violações dos direitos humanos no regresso.

## SAÚDE

- Tomar as medidas necessárias para garantir que os preservativos não sejam usados como prova de trabalho sexual ou que os preservativos de profissionais do sexo não sejam confiscados.
- Implementar as diretrizes de programas abrangentes de VIH/IST com profissionais do sexo, tais quais emitidas por agências das Nações Unidas e da Organização Mundial da Saúde,<sup>78</sup> estabelecendo serviços liderados pela comunidade, programação de distribuição de preservativos e lubrificantes, medidas anti-violência e capacitação para a comunidade de profissionais do sexo.
- Reformular as leis e políticas que limitam o acesso aos serviços de saúde com base na residência ou na situação de emprego.
- Descriminalizar o uso de drogas e ampliar as medidas de redução de riscos com perspectiva de género em todo o país, levando em consideração as necessidades de grupos que enfrentam discriminação interseccional, como profissionais do sexo que usam drogas.

---

<sup>78</sup> WHO, UNFPA, UNAIDS, NSWP (2012).



**A concepção deste relatório foi apoiada pelo Comitê Internacional sobre os Direitos de Profissionais do Sexo na Europa (ICRSE).**

**Escrito por membros da Fuckförbundet: Miranda W, Varis L, Lily B, Nanami K, Lena H.**

**Editora: Boglárka Fedorkó**

**Revisão de texto: Jay Levy e Niina Vuolajärvi**

**<http://www.Fuckförbundet.com>**

Este relatório foi traduzido pela Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) no âmbito do projeto POWER - Promote Sex Workers' Rights, a qual assume a responsabilidade pelo conteúdo aqui produzido.

Coordenador: Pedro Machado

Técnica de Advocacy: Fernanda Belizário

Técnicas de Redução de Riscos: Rita Neto, Ana Carvalho, Ana Leite

Tradução e versão: Fernanda Belizário,

Revisão: Pedro Machado, Rita Neto, Ana Paula Carvalho e Ana Leite.

Como citar este documento

Fuckförbundet (2020). 20 anos a falha com as trabalhadoras do sexo trad. Agência Piaget para o Desenvolvimento. Vila Nova de Gaia: APDES

